1868 Fl

Juizo Municipal do Termo de São Sebastião do Tijucas

Escrivão Vanda

João Thomaz da Silva A.

João Francisco da Silva R.

Reivindicação

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oito centos e sessenta e oito aos quatro dias do mez de Agosto do dito anno nesta Villa de São Sebastião do Tijucas, Comarca de São Miguel da Provincia de Santa Catharina, em audiencia publica e em casa do Juiz Municipal Coronel Luiz Francisco de Lima e Silva comigo escrivão de seu cargo adiante nomeado, e testemunhas abaixo assignadas compareceu o Supplicado José Joaquim Jorge, por parte do Supplicante João Thomaz da Silva, a quem a citação dada foi feita á João Francisco da Silva, e sendo-lhe por elle Supplicado

[illegible] acção ordinaria [illegible] offe-
rece a sua teca de folha Civil
de primeira instancia, e segue
[illegible] do cartorio de [illegible] se
faz a citação por edi-
tos de accionado, e accionados
[illegible] que ficando esse
prazo correr as suas au-
diencias do estilo, para
com ellas, do feito de
[illegible] e revelia. Que
informados de [illegible] mais
documentos queiram
no dito [illegible] ou
não comparecendo [illegible]
e seguindo em tudo a marcha
do dito Solicitador
Pague para custas [illegible]
no termo de costume tomado
no [illegible] dos audiencias
a quinhentos reis [illegible] cadi-
um [illegible] e [illegible] com-
parecer [illegible] mais docu-
mentos que [illegible] a comparição
Em [illegible] [illegible]
[illegible] [illegible]

Illm Snr Juiz Municipal

Nº 2 100

Pg. de sello J. Pregd.

Tejucas, 25 de Julho de 1868.

De Vm Brandão

Diz o Solicitador José Joaquim Gomes, que tendo aceitado a procuração junta, e patrocinio da Causa que contra elle deu constituinte João Florentino da Sa como A. e o R. João Francisco da Silva, e por que não havendo no fôro desta Villa, advogados formados ou provisionados, Quer por tanto, de Conformidade com o Av. de 11 de Janeiro de 1833, assignar o competente termo de responsabilidade. Nestes termos

P. a V. Sa se digne admitir-lhe a assignar o referido termo, afim de poder assignar todas as allegações cotas e quaesquer outros articulados que precisos forem a bem da Causa pagando o Supp.e os respectivos Sellos Tudo &c. Mce. Rogue. de 26 de Dezbro de 1868.

E. R. M.ce

José Joaq.m Gomes

Como requer.

Tejucas 3 de Jan.ro de 1868

Leal

Termo de Responsabilidade

Aos tres dias do mez de Agosto de mil oitocentos e sessenta e oito nesta Villa de S. Sebastião do Rio Grande em meu Cartorio compareceo o Advogado Capitão José Joaquim Gomes, e por elle me foi dito, que em forma de Direito e debaixo de Juramento de Lei assignava Termo de Responsabilidade, para poder elle poder assignar todas as peticoes, Artigos e Allegações em qualquer Causa Civil e Crime em que for Procurador. E de como assim disse assignou este Termo. Eu Guilherme Augusto Conde Escrivão o escrevi

José J.ᵐ Gomes

Rs. 8.....200

Dg. Quarenta Réis.

Rio Grande, 3 de Set.ᵒ de 1868.

Braga

IMPERIO DO BRAZIL.

PROVINCIA DE SANTA CATHARINA.

Procuração bastante em mão que fáz João Florentino de Siqueira casado a bastante de dias

SAIBÃO quantos este Publico Instrumento de Procuração bastante virem, que no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e quarenta e oito aos vinte dias do mez de Julho do dito anno nesta Villa de Santa Catharina de Tijucas em meu Cartorio compareceo João Florentino da Silveira morador neste Termo e nesta Villa

Reconhecido pelo proprio de mim Tabellião ao diante nomeado e pelas Testemunhas em presença das quaes por elle outorgante me foi dito, que por este Instrumento e na melhor fórma de Dtreito nomeia e constitue por seu bastante procurador ao Tabellião Capitão José Joaquim Gomes

Aqui concede todos os poderes que por direito lhe são permittidos, para que em nome delle outorgante como se presente fosse possa em Juizo e fóra delle procurar, requerer, allegar e defender o seu direito e justiça em todas as suas dependencias particulares e causas judiciaes, civeis e crimes, movidas e por mover, em que for autor ou réo em qualquer Juizo ou Tribunal Secular ou Ecclesiastico; arrecadar e haver a si toda a sua fazenda, dinheiro, ouro, prata, escravos, encommendas, carregações, dividas que se lhe devão, legitimas, legados, heranças, e tudo mais que por qual-

quer titulo lhe pertender, ainda mesmo exisiente nos cofres publicos da fazenda nacional, ou em quaesquer outros, dando do que receber as competentes quitações ou recibos, executar e fazer arrematar os bens de seus devedores, proceder e fazer proceder a inventarios, partilhas, sob partilhas, com as competentes citações; licitar e relicitar sobre quaesquer bens; fazer aforamentos e arrendamentos; citar e demandar a seus devedores, e a quem mais o deva ser; variar de uma para outra acção; propôr qualquer demanda, jurar em sua alma, de calumnia, decisoria e suppletoriamente, e outro qualquer licito juramento, e fazel-o prestar a quem convier, inquirir, reperguntar, e contraditar testemunhas; dar de suspeito a quem lhe fôr, ouvir despachos, e sentenças; apellar, aggravar, embargar, e tudo seguir e renunciar até maior alçada, tratar de conciliações perante quaesquer Juizes de Paz, chamar a ellas seus devedores, e a quem mais preciso fôr para tudo quanto necessario seja em geral para o que lhe concede poderes illimitados, podendo substabelecer esta em um ou mais procuradores, e os substabelecidos em outros ficando-lhe sempre os mesmos poderes em seu vigor, e revogal-os querendo. E fará ajustes, traspasses, sessões, rebates, esperas, desistencias, transacções amigaveis, composições, confissões, negações, reclamações, remessas, habilitações, justificações, abstenções, protestos, contraprotestos, dar e tomar contas a quem competir, tomar posse, assistindo com esta a toda ordem e figura de Juizo, e fóra delle, assignando quaesquer termos, folhas, e outros precisos, fazendo tudo o mais que fôr a bem da sua justiça com livre e geral administração, seguindo suas cartas de ordens, e avisos particulares, que sendo preciso valeráõ como parte deste Instrumento, havendo por expressos todos os poderes em geral, como se de cada um fizesse especial menção, com reserva da nova citação e da venda de bens, tendo por firme e valioso tudo quanto fizer o dito seu Procurador ou os substabelecidos, aos quaes releva do encargo da satisfação que o direito outorga. E de como assim o disse, do que dou fé, fiz este Instrumento que lhe li aceit

Typ. desterrense de J. J. Lopes, rua da Trindade n. 2,—1867.

Illm. Snr. Juiz Municipal

No. 7. 100

Rg. em 1.º Ofº. Cº.

Fejucaes 25 de Julho de 1868

Vieira Soares

Pio João Florentino da Silva, baixa dor e morador no termo d'esta Villa, diz que quer fazer citar a João Francisco da Silva, tambem morador no mesmo destricto, para falar aos termos de um libello Civel de reivindicação, á primeira desta Juiz, em que lhe quer reivindicar o escravo de nome Antonio, como melhormente expressará em seu libello, sob pena de revelia, ficando logo citado para todos os termos da causa até final execução visto se não ter conciliado com o Supp.te.

Nestes termos

P. a V. S.ª se digne ordenar a citação requerida com a pena Communada

E. R. M.ce

Como requer. Fejucaes 3 de Agosto de 1868.

Barbosa

O Procurador e Advogado da Causa — José Joaquim Gomes

Certifico Eu Official de justiça
abaixo assignado que em cum
primento da petição, e despa
cho, retro passei ao lugar de
nominado, terra nova, e cen
do ahi o citei o Snr.^{do}, João
Francisco da Silva, perito do con
teudo da mesma petição
Citação, 1$500 e despacho de que fico bem ciente
Caminho 4$000 de dia, é hora é lugar ensg.
Condução 2$000 de ida e compra e cavalo, e espada é
1$500 ronda de e despe. Tijucas 3 de
Agosto de 1868
Francisco das Chagas Paz

Nº 1. 200
Pg. Duzentos réis. Tiju
cas, 3 de Agosto de 1868.
Villas Boas.

Por libello civel de Reivindicação diz João Florentino da Silva, como A., contra o R., João Francisco da Silva, por esta ou melhor forma de direito.

E. S. N.

1º

Provará que o R., depois da morte de sua finada mulher, mas antes que desse partilha dos bens aos orphãos deste filhos, pretendeu vender ao A., cincoenta bracas de terras de frente com mil e trezentas ditas de fundos, mais ou menos, citas no lugar denominado "Terra Nova" termo d'esta Villa, pela quantia de um Conto e trezentos mil reis, recebendo desde logo um escravo de nome Antonio, de propriedade do A., pelo preço de seis centos e cincoenta mil reis, para com a maxima brevidade passarem-se as competentes escripturas, porém

2º

Que o R., sendo incompetente para passar semelhante escriptura de venda, porque não a tinha da compra, como demonstra

o documento nº 1, tambem não o podia fazer antes de dar inventario e partilha, por estarem os bens ainda pro indiviso. além d'isso

3º

P. que tendo com effeito fallecido a finado pae do R. em agosto de 1866 (documento nº 2) até ao presente tem deixado de promover a sustimação de seu inventario, isto por certo Com segundas vistas, visto que se tem pegado a passar ao ct.ª a competente escriptura d'aquellas terras, que por vezes a exigira; tambem

4º

P. que tendo fallecido de proximo o finado pae do ct., se lhe faz preciso dar inventario e partilha a seus filhos menores, e por consequencia exigindo-lhe o R. de passar a referida escriptura, igualmente se negat a restituir o escravo que do ct. recebeu, isto a frivolos pretextos e de má fé. tanto assim

5º

P. que o R. inventariou os mencionados terrenos, deixando em olvido o dito escravo e divida do ct., nestante então do pagamento dessa suposta venda (documento nº 2) com o que indubitavelmente demonstra sua malicia desde

quando deu começo a seu inventario quer para com o A., dando para cada hum dos orphãos seus filhos. outro tanto

6º

P. que o Curador Geral dos Orphãos requer em pagamento dos ditos orphãos seus curatelados, os mencionados terrenos, como de vê do documento nº. 3, devendo ter a preferencia attentas as razões que ponderou, e quando assim não fosse.

7º

P. que sendo a pretendida venda nulla e sem vigor, deve assim ser ella julgada, segundo dispõe a Consol. das L. Civ. art.os 366, 367 § 5º e 6º e artigos 368, 371, 376, 513, 590, 591, 593 § 1º e suas respectivas notas. E pois:

8º

P. que o R., sem justo titulo, indevidamente e abusivamente pretende estar de posse do dito escravo Antonio de propriedade do A., devendo por conseguinte abrir mão do mesmo para tornar a posse e dominio do A., por quanto

9º

P. que o A., comprou o supradito escravo a onze annos mais ou menos a um tal concunhado Cidadão Manoel Teixeira Brazil [illegible] que tambem o houve

por compra que fez a Adolpho José Pereira, em a qual escriptura passou pertende ao A., que em seo poder tem ella então descaminho: por isso

10º

P. que é a unica rasão que militou para deixar de apresental-a e dizer a que se junta passada tocantemente, porém, na forma da lei (documento nº 4) Final-mente.

11º

P. que nestes termos e conforme a direito o presente libello deve ser recebido bi bet in quantum para que afinal se julgue competir ao A., a presente acção contra o R., condemnando-o a abrir mão do referido escravo em questão, com todos os seus rendimentos, lucros cessantes e damnos emergentes que se liquidarem na execução, custas e mais pronunciações de direito.

E. R.

P. R. C. de J.
P. P. N. S.

Custas

O Procurador e Advogado nos autos José Joaquim Gomes

Nº 2 400

Cem duzentos, digo quatrocentos rs.
Pajehas, 4 de Setembro de 1868.
Vieira Soares

Illm Snr Juiz de Paz

Certifico eu o Cudado abaixo assignado que esta petição foi a Citada em Audiencia de hoje e as partes não se conciliarão dagui Odocumento Villa de São Sebastião dos Tojos do Tojo 1º de Agosto de 1868

O Juiz Nomeado e Calderão

Pedro João Florentino da Silva, lavrador e morador no lugar denominado = Terra Nova = Destricto desta Villa, que quer fazer citar a João Francisco da Silva, tambem lavrador e morador no mesmo lugar e destricto, para na primeira audiencia deste Juizo vir conciliar-se com o Supp.te fazendo entrega de um escravo de sua propriedade de nome Antonio visto como amigavelmente se tem negado a Supp.te a fazer a referida entrega a frivolos pretextos, e porque não seja licito a ninguem locupletar-se com aquillo de que não tem direito algum, e menos justo titulo. Por tanto

P. a V.ª se digne mandar fazer a citação requerida sob pena de não comparecendo ou não se conciliando ser condemnado nas custas deste Juizo, dando se ao Supp.te o respectivo Termo de proseguir seu direito em juizo

Como Requer
Tojo 27 de
Julho de 1868
O Escrivão

competente, como
chefe competir e con-
vier.

E R Mce

João Florentino da Silva

Certifico em Officio de Justiça
abaixo assignado que em
comprimento da petição e des-
C. 1:500. pacho do Juiz citei ao Supplo
C. 4:000 João Francisco da Silva, sen
5:500 na propria pessoa no lugar
Está contado a 98. designado joaia e do todo
fiz este. Villa Nova aonde
dou fé. Comparecendo ido na fé
Villa de S. Sebastião da Lo-
do Tejuco 28 de Julho de 1868
Ant. J. de Oliv. Costa

Conta

ao Juiz de Direito	1$000
da Comarca	
Termo de Audiencia	1$500
Officiaes de Justiça	
Citação	1$500
Carcereiro	4$000
Da Porta Policia	2$000
Conta ao Juiz	1$000
	11$000

Diversa

Vº Vº 400

Rs. quatrocentos réis.

Ouricuri, 4 de Agto. de 1868.

Antonio

Documento nº 1 — L.º 6º — Fl. 126. — 9

Traslado.

Escriptura de venda Fica de Cincoenta bra-
ças de terras de Frente que Jozeph Manoel
de Souza Baptista e Sua Mulher como ao
diante se declara: Saibam quantos este
instrumento que digo Virem que Anno no
Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus
Christo de Mil e oito centos e Sessenta e
Sete aos Desoito dias do Mez de Novembro
do ditto anno Nesta Villa de São Sebas-
tião do Fojeado Comarca de São Miguel
da Provincia de Santa Catharina em meu
Cartorio Compareceu partes bastante e Con-
hecidas, como Vendedor Manoel de Sou-
za Baptista e Sua Mulher Roza Ma-
ria de Jesus, Moradores em Cambiriú e
como Comprador João Francisco da Fei-
xa Morador Neste Termo Reconhecidos
pelos Proprios de Mim Tabellião e de
duas Testemunhas no Fim deste Nomeados
e assignados. E por elles dicto Vendedor
foi dicto que erão Senhores e Possuidores
de Cincoenta braças de terras de Fronte
com Mil e trezentas mais ou Menos Citas
no lugar denominado Serra Velha Lindo
Fronte na estrema do Oeste, estremão pe-
lo Norte digo do Oeste das terras dos
herdeiros do finado João de Souza Soares
e Fundos até as Fronte das terras de
José Luiz Pereira, e Comundo Nas Es-
mas ao Este, estremão pelo Norte
com terras pertencentes aos herdeiros

confrontas da Falleceda Izabel Maria de Jesus e pelo Sul com terras de João Pinto Ventura da Silva cujas terras digo com aqui Mencionadas, e assim Comfrontadas vendem como de facto vendido tem a pessoa do Comprador dito João Francisco da Silva, pelo preço e quantia de quinhentos Mil reis livres de Direitos para os vendedores quantia esta que logo pelo Comprador foi entregue aos vendedores em Moeda Corrente deste Imperio e em razão do prompto pagamento, desde já transferem do Comprador, toda a posse acção e dominio que nas Referidas terras tinham, para que as gozem como suas, que ficão sendo desde já por meio desta. E logo pelo Comprador foi dito que aceitava a presente Compra, com as Condições nesta declaradas, obrigando-se os vendedores a em todo tempo fazer esta venda boa, tanto em juizo como fora delle. E em Seguida apresentou o bilhete da Siza pelo theor seguinte. Numero vinte e cinco Anno Financeiro de Mil oito centos e sessenta e sete a Mil oito centos e sessenta e oito. A folhas Cinco do livro de Receita Extraordinario, fica lançado em debito ao actual Administrador a quantia de trinta Mil reis, que pagou hoje

hoje o Senhor João Francisco da Silva Correspondente a quinhentos Mil reis importancia porque Comprou Cincoenta braças de terras de frente com seus fundos Competentes Citas na terra Nova deste termo. Meza de Rendas de Sejuras em dezoito de Novembro de Mil oito Centos e Sessenta e oito. O Administrador João José Vieira Nunes. O Escrivão Francisco José dos Passos. Depois de ésta escripta ali perante as partes outorgantes aceitarão assignando o fundador de Ordem e pela fundadora Não Saber escrever a seu rogo assignou Domingos da Silva Magalhães, e pelo Comprador a seu rogo assignou Augusto Francisco dos Santos tendo testemunhas presentes Gaspar Lauo e Francisco José da Porciuncula Moradores nesta Villa e reconhecidas de Mim Guilherme Augusto Varella escrivão e assignei. Guilherme Augusto Varella. Manoel de Souza Baptista = Domingos da Silva Magalhães = Augusto Francisco dos Santos = Gaspar Lauo = Francisco José da Porciuncula.

D 530$

Conforme
Guilherme Aug.to Varella

$ 1$000

Reg. quatro annos 1 e 1/2
Pejuaba 4 de Agosto de 1868.
Vieira Nunes

Documento nº 2 11

Illm. Snr. Juiz d'Orphãos

Pedro João Florentino da Silva morador na "Terra Nova" deste Districto desta Villa, que a bem de seu direito precisa por certidão passada pelo Escrivão deste juizo, extrahida do processo de inventario que por este juizo se está procedendo por fallecimento da mulher do finado Francisco da Silva o seguinte = 1º Data mez e anno em que falleceu a mulher do viuvo inventariante, dito João Fran.co da Silva, por este declarado no termo de juramento. — 2º Se está ou não inventariado um escravo de nome Antonio. — 3º Se foi descripto um pequeno Sitio com cincoenta braças de frente e mil e trezentas mais ou menos de fundos, no lugar = Terra Nova = qual sua avaliação, e data em que teve lugar. — 4º Finalmente se foi inventariada alguma quantia que deva o cumpd.e ao monte. Nestes termos

P. a V.ª se digne assim deferir.

S. Ignacio 25 de Setembro de 1868

Pacheco

E. R. M.ce

Domingos

Domingos Ramos d'Martins
Sabbatino, Serventuario Vitalicio do Officio de Escrivão de
Orphãos nesta Villa de São
Sebastião da Ilha de Tijucas
e districto = Certifico que em
cumprimento da petição, e des-
pacho a margem della pro-
ferido vendo os autos de Inven-
tario e partilhas, que por
este Juizo se procedeo por
fallecimento de Maria Eu-
zebio de Jesus, de quem foi
inventariante João Francis-
co da Silva, nelles a folhas
dous encontrei a data do mez
anno em que falleceo a mulher
do Supplicante pelo theor se-
guinte = declarou no termo de ju-
ramento que tinha fallecido
no dia trese do mez de Agosto
de mil oito centos oitenta e
seis = e lendo mais se continha ne-
le digo no primeiro, e logo revendo
os mesmos autos de inventario
não encontrei inventariado
o Escravo de nome Antonio
do que diz o segundo, do que fas
menção a petição, logo nos mes-
mos autos no verso de folhas dous
encontrei as terras em que fas
menção descripta pelo theor
seguinte = Cincoenta braças

braças de terras de frente, na terra
nova, com mil e trezentas de
fundos, mais ou menos, partem
frentes em terras dos herdeiros
de João de Sousa Soares, e fundos
em terras de José Luis Pereira
e travessão pelo Sul com terras
de João Norberto, e pelo Norte
e com terras dos herdeiros de
José Francisco Coelho, foram
avaliados a doze mil reis cada
braça, e todas na quantia de
cento e sessenta mil reis — e logo nos
mesmos autos em folhas oito
e seguinte a declaração do inventa-
riante de haver a monte pelo theor
seguinte — Declarou o dizente haver
a monte do casal a Joaquim Al-
ves a quantia de duzentos mil reis
proveniente de quarenta braças de
terras de que lhe vendeo, citas no
lugar denominado Serraquié Gran-
de, cuja venda foi feita em vida
de sua finada mulher, e os herdeiros
ditta quantia, e mais não tin-
ha para dar de escritura das di-
tas terras — e nada mais nem
menos se continha, e nem de-
clarava nos ditos autos do que
fiz menção a dita petição, e do
que bem e fielmente fiz este
trabalho aprezente Certidão,
sem acrescentar nem diminuir

diminuir coiza alguma que duvida
faça, aos proprios autos me re-
porto, em meo poder e Cartorio
nesta Sobredita Villa de São
Sebastião da Tôr de Tijucas
Comarca de São Miguel da
Provinsia de Santa Catharina
aos vinte e oito dias do mês
de Julho do Anno do Nasci-
mento de Nosso Senhor Je-
zus Christo de mil oito cen-
tos e secenta oito digo con-
tinuando a reser os mesmos
autos não encontrei nella
duvida do que trata a pitição
retro, e Vão mais nem menos
se continha em meu declarado em
dita pitição, do que bem e fiel
mente fis extrahir a presente
Certidão, sem acrecentar nem
diminuir coiza alguma que du-
vida faça, aos proprios autos me
reporto, em meo poder e Cartorio
nesta Sobredita Villa de São Se-
bastião da Tôr de Tijucas, Comar-
ca de São Miguel da Provinsia de
Santa Catharina, aos vinte oito
dias do mez de Julho do Anno do
Nascimento de Nosso Senhor Je-
zus Christo de mil oito centos
e secenta oito — Eu Domingos
Ramos Martins Sobrinho, Escri-
vão que o escrevi digo que o es-

que o declarou e assignou

Antº Ramos Mg.ª Vieira

Guia.

Tem este apagar o sello de
3 mil reis, pelhado de papel. Foi
o ao 20 de julho de 1868.

Antº Ramos Mg.ª Vieira

Nº 4 600
Pg. seiscentos réis.
Sejuead, 4 de Agº de 1868.
Pelim Barros

Documento nº 3

14

Illm Snr Juiz d'Orphaõs

João Florentino da Silva a bem de seu direito, precisa por certidão passada pelo Escrivão deste Juizo, o despacho-ipsis verbis= proferido pelo Curador Geral dos orphaõs, no inventario que por este Juizo se está procedendo por fallecimento da mulher de João Francisco da Silva, inventariante.

Nestes termos

P. a Vossa Illm. assim mandar

P. Tijucas 20 de Julho de 1868.

E. R. Mce

Domingos Ramos Martins Sobrinho Serventuario Vitalicio do Officio de Escrivaõ de Orphaõs nesta Villa de São Sebastião da Ilha de Tijucas e districto= Certifico que em cumprimento da petição e despacho nella proferido, vejo os autos de Inventario e partilha

partilhas que por este Juizo
se procedeo por fallecimento
de Maria Eurebia do Sacramento, de quem
foi inventariante João Fran-
cisco da Silva, em cujos autos encon-
trei o despacho do que for-
mação do Curador Geral pelo
Depº. theor seguinte = Este Curadoria
cumprindo com seu mistido
ro dever, não deixa de pres-
tar toda attenção para as ava-
liações das verbas dous a sete, por
actuar pequenas, mas ainda
vem declarar o Inventariante
dever a Joaquim Pedro Ca-
rvalho a quantia de quatro con-
tos mil reis, por credito passado
em o primeiro de Setembro de
mil e oito centos e oitenta e sete
quando declarou também ter
fallecido sua mulher em o Agos-
to de mil e oito centos e oitenta
e sete!!! Além disso declara dever
a quantia de trezentos mil reis
a João Pereira Calheiros, sem
haver dado motivos ou razão
de similhante divida; finalmente
o actividade Juiz, attendendo
a essas considerações ordenará
o que for de direito, ignorando se
dar algum pagamento sobre os bens
inventariados as terras da verba doze
avaliadas a doze mil reis a braça

abraça unica cousa que requeiro
a bem dos meos Curatelados, Villa
de Sijucas vinte e oito de Julho de
mil oito centos e secenta e oito=
O Curador=Siliciano de Souza
Roza=E dada mais nem menos
se continha em o dito Despacho do Curador
Geral dos Orphãos do que fas
menção a dita petição, do que
bem e fielmente tirei extrair
a presente Certidão, sem accre
centar nem diminuir cousa
alguma que duvida faça, aos
proprios autos de inventario
e partilhas me reporto, em
meo poder e Cartorio, nesta
sobredita Villa de São Sebas
tião da Foz de Sijucas, Comar
ca de São Miguel da Provin
cia de Santa Catharina aos vin
te e oito dias do mez de Julho
do Anno do Nascimento de
Nosso Senhor Jesus Christo
de mil oito centos e secenta
e oito Eu Domingos Ramos
Martins Sobrinho Escrivão
que escrevi e assignei

Dom.s Ramos Mg.s Sob.o

Custa

Sem nada pagar visto de Lei nesta
folha de papel. Sijucas 29 de
Julho de 1868.

Dom.s Ramos Mg.s Sob.o

Reconhecido em fé do Escrivão
Sijucas 29 de Julho de 1868.
Em testo

Documento Nº 4. 16

Traslado. Livro 1º

Fl 20.

Escritura de venda firpa de
um Escravo que faz Manoel
Teixeira Brazil, como abai-
xo se declara. Saibão quan-
tos este publico instrumen-
to de escritura de venda
firpa de escravos virem, que
sendo no anno do Nascimen-
to de Nosso Senhor Jesus
Christo de mil oito centos e
sessenta e oito, aos vinte e
sete dias do mez de Julho do
dito anno, nesta Villa de São
Sebastião do Tijucas, Comar-
ca de São Miguel da Pro-
vincia de Santa Cathari-
na, em meu Cartorio compa-
recerão partes havidas e
contratadas, como vendedor
Manoel Teixeira Brazil Ju-
nior e como comprador Jo-
ão Florentino da Silva mo-
radores neste termo e re-
conhecidos de mim Tabellião
e das Testemunhas no fim d-
este nomeados e assigna-
dos do que dou fé. E por el-
le dito vendedor foi decla-
rado que de hoje para sem-
pre vende como de facto
vendido tem a mais de dez
annos hum seu escravo de no-
me Antonio de sessenta an-

de sessenta annos de idade,
Africano de cujo escravo já
havia passado huma escri=
tura particular, com a qu=
al o referido comprador Jo=
ão Florentino da Silva a=
possou-se do dito escravo,
esta venda foi feita pe=
lo preço e quantia certa
entre elles ajustado, de qui=
nhentos mil réis, satisfa=
zendo o comprador as sizas
correspondentes, quantia es=
ta de quinhentos mil réis
que foi entregue ao vende=
dor n'aquella época, em
moeda corrente deste Im=
perio, e em razão do prom=
pto pagamento desde logo
passou o referido escravo An=
tonio ao poder e pose do
comprador que o tem goza=
do como seu que lhe ficou
sendo e continua a perten=
cer por meio desta, sem que
a esta venda haja obsta=
culo algum podendo gozar
do dito escravo como seu. E
logo pelo comprador foi di=
to que aceitava esta pre=
sente escritura com as clau=
sulas stipuladas, para sua
garantia e que estava apos=

e que estava aposssado do re=
ferido escravo Antonio jus=
tamente ao tempo em que
declara o vendedor. Pagou
o comprador de Sêllo na
=Collectoria desta Villa,
quinhentos réis, segundo a
verba numero déz com da=
ta de vinte cinco do corren=
te mez. Assim mais pa=
gou vinte cinco mil réis
de sizas na mesma Repar=
tição, segundo o Talão nu=
mero dous, tambem com
a mesma data supra. E
de como assim outorgarão
e prometerão cumprir e
guardar e pedirão a mim
Tabellião lhes fizesse esta
escritura, para elles con=
tratantes poder inutilizar
o papel particular que ha=
vião passado; o que fiz por
me cumprir e de tudo dou
fé. E como pessoa publica
stipulo e aceito em nome
dos outorgantes e pessôas a
quem pertencer possão, aos
quaes esta li e por acha=
rem como outorgados ha=
vião assignarão com as tes=
temunhas presentes Fran=
cisco da Silva Magalha=

Magalhães e Emigdio Jorge
Gonzaga reconhecidos de mim
Guilherme Augusto Varella
Tabellião a escrevi e assigno.
Guilherme Augusto Varella
Manoel Teixeira Brazil Ju=
nior. João Florentino da Sil=
va. Francisco da Silva Ma=
galhães. Emigdio Jorge Gon=
zaga.

Em conformidade
Guilherme Augusto Varella

Vº Cº 400
Rs. quatro centos réis.
Especiaes. 4 de Agosto de 1866.
Vianna Barreto

Illm Snr Juiz Municipal

N.º 1. 100

Bg. cem réis p.a re
querimto. e sepcat.
14 de Stº de 1868.
Vieira Braun

Dis João Florentino da Silva por seu procurador abaixo assignado, que na causa que por este juizo traz e litiga com João Francisco da Silva, acabão-se ambos de compôr com as clausulas que se hão de declarar no termo que se lavrar em juizo; e como nada podem fazer sem consentimento de V.ª por isso

P. se digne V.ª ordenar que o Escrivão lavre o respectivo termo que assignado será conclusos a V.ª afim de julgar por sentença, para ter a necessaria força de direito.

E. R. Mce

Como requer.
Tijuca 17 de Agosto de 1868
Lôbo Cairú

E. P. Mce

O Procurador e advogado nos Autos — José Joaquim Gomes

Termo de Comparição

Aos Tres Dias do mez de Setembro de mil oitocentos e cincoenta e oito nesta Villa de São Sebastião do Tijucas, Comarca de São Miguel da Provincia de Santa Catharina, em meu Cartorio compareceo João Nunes da Silva representado por seu procurador o Capitão José Joaquim Gomes e João Francisco da Silva, ambos Lavradores e moradores nesta Freguezia de quem dou fé conhecimento por elles me fora dito em presença das Testemunhas no fim Nomeadas e assignadas, que querendo fazer citar a Ré Acção de mudança e em Juizo fundar sua Intenção, se achava com poderes bastantes para em nome dos Supplicantes Francisco da Silva e João Nunes da Silva seu Escravo de nome Antonio com dezoito annos de idade, aforicano digo se achar em seu poder, Dando

vinte braças de terras ditas
neste termo no lugar donde
vivem os ditos Terra Nova para
fins de um terras dos herdeiros
do finado José de Lara com
a cada hum fundos a mesma
extensão mais ou menos
e tranca pelo Norte com
terras do dito João Francisco
de Lima, pelo Sul com terras
do indicado João Flores de
Lima, ficando assim os
obrigados a adquirirem
a competente carta
das terras e citados dito
Capitão fazendo cada hum
pessoalmente as confrontadas
ditas. Declararam mais
os ditos que por cada hum
se achavam compostos
de fogo e um forneiro
tendo mais obrigados por hum
tubo e com todos os ditos
se estavam obrigados a
darem fazer todas as
custas de preciso
acção, e que elle autor
dizia se obrigava a
tirar os mandados confron-
tados ahi por elle tirados
e de cada hum dos ditos
autos se tirar para o proce-
sso dellas e eu Escr. De

clausulas mais que promettidas e de hum d'ellas, não recolhimos mais em tempo algum e seguimos o dito caso dizendo tudo os condições neste Artigos juntos. Edição assim ao diante e pelo rio nas taboas em vez assim logo assij no Jozé Pereira, Alba Thiers com o procurador do Autos. Sendo testemunhas as pessoas de Domingos de Oliveira Gaetano. Pagou para cada hum folha e testemunha Em fim Theresa Augusta Coelho

O Procurador José Joaq.m Gomes
João Fernando Mathias
Ant.o da Silva Magalhães
José Antonio de Liz.

Juiz

Sem a pagar a dita dita
de 4 folhas de papel in-
clusive a seguinte em branco
Fijuca 16 de Fev.o de 1858
Guilherme Aug.o Coelho

N.o 1. 400
Rg. quatro centos réis.
Fijuca, 16 de Fev.o de 1858.
Vieira Soares

Conclusão

E logo no mesmo dia mez e anno
e lugar retro declarados
eu fiz deste auto conclusão ao
juiz de direito substituto
em exercicio neste termo, o
Tenente Henrique Carlos
Baptista. Digo para constar
faço este termo. Eu Guilherme
Augusto Varella Escrivão
que escrev.

Baixão estes autos da conclusão por me haver sido
passado nesta data a jurisdicção da vara de
Direito da Comarca. Tijucas 30 de Setembro de
1868.

Baptista

Vista

Aos nove dias do mez de Novembro
de mil oitocentos e sessenta e
oito nesta Villa de Tijucas
em meu Cartorio me forão dados
estes autos com o Despacho
supra. Digo para constar
faço este termo. Eu Guilherme
Augusto Varella Escrivão que
o escrev.

Conclusão

Aos dous dias do mez de Nov
tembro de mil oitocentos e
sessenta oito nesta Villa
de Tijucas em meu Cartorio

autos em que o
juiz abaixo assignado se en-
carrega neste termo, o Cidadão
José Luiz Alves de Campos
Bueno para contas feitos
este termo. Eu Guilherme
Augusto Varella Escrivão o
escrevy.

Julgo por Sentença a compro-
vação constante da petição de fl. 18,
á termo de fl. 18 v. á 19 f. para
que produza seus effeitos, pa-
gas as custas pelo Autor na
forma de Sentença no termo de
comprovação. Igreja 13 de
Outubro de 1868.

José Luiz Alves de Campos

Data

Em nove dias do mez e
lugar supra indicados, em
meu Cartorio recebi estes
autos com a Sentença supra
Dou fé e com fé feitos
este termo. Eu Guilherme
Augusto Varella Escrivão o es-
crevy.

Em tempo

Tem fé testemunhas ao
autos e Rubrico todas as

Transcrito do que fica
lançado a fls. 16 do Liv.
de 1881

O Escrivão

Conta

Do Juiz Comissario.

Sentença def.s 2o	1$000	
		1$000

Do Escrivão Varella

Autuação	$300	
Termo de Responsabilidade	$600	
Traslado def.s 9-16	1$184	
Junta da def.s 17,	$200	
Termo de Compromisso	$600	
Guia	$200	
Conclusão, data, e juntada	$800	
Certidão def.s 20.	2$000	
		5$684

Do Escrivão Ramos

Certidão de fls. 14-11- e Guia def.s 15-17	2$476	
		2$476

Do Procurador Gomes.

Petições def.s 4, 2, 7, 11, 14-18-	9$000	
Libello def.s 6	10$000	
		19$000

Do Official de Justiça Foz

Deligencia def.s 4-6.	7$500	
		7$500
		35$660

Cont.a

Transporte	35$660
Ao Meirinho	
Autos	5$700
Procuração	1$000
Custas no Juiz de Paz a fls 8	11$000
	15$700
Ao Contador	
Conta	2$000
	2$000
Soma C. E.	53$360

Fiz isto ab 3 de Outubro de 1868

Cyprino [illegible] de Barros